

Após ação conjunta na Casa do Seguro, durante a COP30, UNEP FI, ANBIMA, CNseg e Febraban reforçam que a mobilização de capital privado será decisiva para transformar compromissos climáticos em projetos financiáveis

Londres, 26 de junho de 2026 – Transformar compromissos climáticos em projetos capazes de atrair investimentos privados foi o principal objetivo do COP30 to COP31 Leadership Dialogues: Scaling Finance and Insurance for Global Impact, realizado em Londres pela UNEP FI, em parceria com a Confederação Nacional das Seguradoras (CNseg), a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) e a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA).

O encontro marcou o início da transição entre a COP30, realizada sob presidência do Brasil, e a COP31, que ocorrerá em Antália, na Turquia. Ao longo de cinco painéis, representantes de governos, bancos multilaterais, seguradoras, investidores e organismos internacionais discutiram mecanismos para ampliar o financiamento climático e reduzir os riscos que ainda dificultam a participação do capital privado.

A principal conclusão foi consensual: recursos financeiros existem, mas é necessário estruturar projetos, desenvolver instrumentos de mitigação de riscos e criar ambientes regulatórios capazes de oferecer previsibilidade aos investidores.

Transformar metas em investimentos

O primeiro painel reuniu representantes da Global Financial Alliance for Net Zero (GFANZ), Principles for Responsible Investment (PRI), IDB Invest, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Garanti BBVA. Na abertura, o diretor-gerente e chefe global de Estratégia e Redes da GFANZ, Alex Michie, afirmou que a agenda climática entra em uma nova fase, voltada à implementação. Segundo ele, o desafio deixou de ser a definição de compromissos e passou a ser a estruturação de mecanismos capazes de direcionar o capital privado para projetos de transição.

Os participantes defenderam a ampliação do financiamento climático para países em desenvolvimento até US\$ 1,3 trilhão por ano e destacaram que previsibilidade regulatória, segurança jurídica e padronização de informações são fatores essenciais para atrair investidores institucionais.

Representando o PRI, Tamsin Ballard ressaltou que ainda existe uma percepção de risco superior ao risco real em mercados emergentes, principalmente pela ausência de dados padronizados sobre desempenho e retorno dos projetos.

Já Hilen Meirovich, do IDB Invest, apresentou a estratégia da instituição para estruturar projetos localmente e atrair investidores internacionais, além do trabalho conjunto entre bancos multilaterais para padronizar critérios técnicos e reduzir custos de transação.

Plataforma Brasileira atrai atenção internacional

A experiência brasileira foi apresentada pelo chefe do Departamento de Infraestrutura, Transição Energética e Mudança do Clima do BNDES, Leonardo Pereira. Segundo ele, a Plataforma Brasileira de Investimentos (BIP), coordenada pelo Ministério da Fazenda, já reúne aproximadamente US\$ 20 bilhões em projetos, dos quais cerca de US\$ 4 bilhões foram contratados.

O executivo destacou ainda uma operação sindicalizada de aproximadamente US\$ 1 bilhão destinada à produção de combustível sustentável para aviação (SAF) e um mecanismo de garantias desenvolvido em parceria com a Febraban que permitiu destravar aproximadamente US\$ 5 bilhões em financiamentos para pequenas e médias empresas atingidas pelas enchentes no Rio Grande do Sul.

Para Pereira, a expansão do blended finance é fundamental para distribuir riscos entre investidores públicos e privados e ampliar a participação de investidores institucionais.

Ao encerrar o painel, Alex Michie apresentou estudo desenvolvido pela GFANZ em parceria com a British International Investment (BII) e o Boston Consulting Group (BCG) sobre novos modelos de blended finance para projetos climáticos.

Biodiversidade passa a integrar a agenda financeira

Na palestra principal da primeira etapa do encontro, a secretária-executiva da Convenção sobre Diversidade Biológica (CBD), Astrid Schomaker, afirmou que não será possível limitar o aquecimento global sem interromper a perda da biodiversidade. Segundo ela, soluções baseadas na natureza podem responder por cerca de 30% das ações necessárias para enfrentar as mudanças climáticas, mas recebem entre 0,3% e 1% do financiamento climático global.

Astrid destacou ainda que mais da metade do Produto Interno Bruto mundial — cerca de US\$ 58 trilhões — depende diretamente dos serviços prestados pela natureza, tornando a perda de biodiversidade um dos principais riscos para a economia global.

Seguro, crédito e investimentos para o agronegócio

O painel dedicado ao agronegócio discutiu a integração entre seguros, crédito e investimentos como instrumentos para aumentar a resiliência do setor diante dos eventos climáticos extremos. A diretora de Sustentabilidade da CNseg, Cláudia Prates, destacou que o agronegócio precisa ampliar sua produtividade ao mesmo tempo em que enfrenta secas, enchentes e ondas de calor cada vez mais frequentes.

Representando a Allianz Brasil, Maurício Masferrer afirmou que o seguro rural deixou de atuar apenas na indenização de perdas para incorporar ações de prevenção. “Hoje não falamos apenas em transferência de risco. Nosso trabalho começa muito antes, identificando, mensurando e ajudando a reduzir esses riscos.” Segundo ele, a integração entre seguradoras, bancos e investidores permitirá ampliar soluções capazes de incentivar boas práticas ambientais.

Pela BB Asset Management, Daphne Breyer afirmou que a gestora já incorpora riscos climáticos em todo o seu portfólio e defendeu instrumentos que permitam financiar uma agricultura de baixo carbono sem comprometer a sustentabilidade econômica do produtor.

Também participaram do painel representantes da FinDev Canada e do AGRI3 Fund, que apresentaram experiências internacionais de financiamento agrícola utilizando garantias e instrumentos de mitigação de riscos.

EcoInvest amplia participação do capital privado

O programa EcoInvest Brasil foi apresentado como uma das principais iniciativas do governo brasileiro para ampliar investimentos privados em projetos sustentáveis. Segundo o procurador-geral adjunto da Fazenda Nacional para Assuntos Tributários e Financeiros, Luiz Alcoforado, o

programa já alcança uma alavancagem próxima de 1 para 6,5, permitindo que cada real investido pelo governo mobilize outros R\$ 6,50 do setor privado. "O papel do governo não é substituir o setor privado, mas criar as condições para que ele invista."

Representando o Itaú BBA, João Adrien informou que o banco já destinou aproximadamente R\$ 20 bilhões às linhas do programa, incluindo R\$ 4 bilhões voltados à recuperação de áreas degradadas.

Seguro ganha protagonismo na estruturação dos projetos

O último painel reuniu representantes da BlackRock, BBVA, Guy Carpenter e Australian Sustainable Finance Institute (ASFI). Matt Kaczmarek, da BlackRock, afirmou que investidores institucionais vêm ampliando sua participação no financiamento de infraestrutura em mercados emergentes.

Representando a Guy Carpenter Brasil, Pedro Farne d'Amoed resumiu o papel do setor segurador na agenda climática. "O seguro torna os projetos financiáveis." Segundo ele, a modelagem adequada dos riscos climáticos aumenta a previsibilidade para investidores e amplia a capacidade de financiamento.

COP31 terá foco na implementação

O encerramento voltou-se para a COP31, que será realizada em Antália. Representantes da Austrália e da presidência turca defenderam que a próxima conferência concentre esforços na implementação dos compromissos assumidos nos últimos anos. Entre as iniciativas anunciadas está o Bridge Mechanism, mecanismo destinado a conectar projetos governamentais a investidores por meio de instrumentos de compartilhamento de riscos. Representando o mercado segurador turco, Burhan Kobal lembrou que os terremotos de 2023 provocaram perdas econômicas estimadas em US\$ 100 bilhões, das quais apenas cerca de US\$ 6 bilhões estavam seguradas, e defendeu a ampliação de parcerias público-privadas, seguros paramétricos e títulos de catástrofe.

A Turquia anunciou ainda a criação da Insurance House durante a COP31, espaço dedicado à aproximação entre seguradoras, investidores, bancos multilaterais e formuladores de políticas públicas. Ao final do encontro, a avaliação predominante foi de que a agenda climática internacional entra em uma nova etapa. Mais do que estabelecer novas metas, o desafio passa a ser estruturar projetos, reduzir riscos e ampliar a mobilização de capital privado para acelerar a implementação das soluções necessárias à transição para uma economia resiliente e de baixo carbono.

Fonte: [CNseg](#), em 29.06.2026.